

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	5

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	13
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	14
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	15
10.5 - Políticas contábeis críticas	34
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	40
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	41
10.8 - Plano de Negócios	42
10.9 - Outros fatores com influência relevante	43

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

### **5. RISCOS DE MERCADO**

#### **5.1. Riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros:**

Os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta referem-se basicamente àqueles do curso normal de seus negócios. Sendo os riscos mais significativos os seguintes:

##### **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures.

##### **Risco de Crédito**

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação ao contas a receber estão sujeitas a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes, que de forma geral não têm garantias. Os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas.

##### **Risco de Taxa de Câmbio**

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além disso, este risco influencia o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido. A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação da taxa de câmbio.

##### **Risco de Taxa de Juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e suas controladas.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, As taxas de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de flutuação da taxa de juros.

**Risco de preço dos insumos**

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados nos processos produtivos da Companhia. Para minimizar este risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços dos insumos utilizados em seus processos produtivos, de forma a otimizar a equação do custo do produto vendido.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

**5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos:**

**a) Riscos para os quais se busca proteção, b) estratégia de proteção patrimonial (hedge) e c) instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)**

A Companhia tem como política não utilizar instrumentos financeiros (derivativos) para proteção.

**d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos e e) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)**

A Companhia tem como política não utilizar instrumentos financeiros (derivativos) para proteção.

**f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos e g) adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia tem uma gestão conservadora de risco, sempre buscando monitorar e criar processos visando mitigar perdas ao resultado sem prejudicar nossa eficiência. Para tal, a Diretoria e diferentes níveis gerenciais avaliam as ações, políticas e estratégias praticadas.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos****5.3. Alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de risco em relação ao último exercício social:**

Os instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil são substancialmente similares após que seriam obtidos se fossem negociados no mercado e se aproximam do valor justo. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrados com base nos juros contratuais de cada operação, não diferem significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

### **5.4. Outras informações relevantes:**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

**10.1 Em relação às demonstrações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais; e ao período entre a data de fechamento do último exercício social e a data de entrega do formulário de referência, os diretores devem comentar.**

Durante os últimos três exercícios (2009, 2010 e 2011) a Companhia vem consolidando a sua posição operacional e financeira, fato este que será analisado adiante, com base nos dados mencionados abaixo.

**a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.**

A Receita Bruta Operacional da Companhia em 2011 atingiu a cifra de R\$ 1,16 bilhão (consolidado), com um volume total de vendas de cerca de 350 mil toneladas, apresentando crescimento de 7,4% em relação ao exercício anterior (R\$ 1,08 bilhão em 2010).

As Despesas Operacionais (Comerciais e Administrativas) totalizaram R\$ 323 milhões no exercício de 2011, representando um aumento de 2% em relação ao exercício anterior. Os itens que mais influenciaram as despesas operacionais foram as despesas com promoção de vendas que cresceram 20% e o ganho de eficiência nas despesas de logística, com uma redução de 0,6 pontos percentuais sobre a receita líquida, comparada ao ano de 2010.

O “LAJIDA” (lucro antes de juros, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização) foi de R\$ 80 milhões no exercício 2011, representando 9,5 % sobre a Receita Líquida, contra R\$ 75 milhões no exercício de 2010, representando 9,4% da Receita Líquida.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(18.670)	30.238	(19.313)	30.253
Imposto de renda e contribuição social	(642)	(6.196)	(1.889)	(7.369)
Resultado de equivalência patrimonial	17.915	40.271	-	-
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	-	-	643	(15)
Receitas/Despesas não recorrentes	6.027	16.440	(2.367)	15.358
Participação nos resultados	2.264	1.521	2.264	1.521
Resultado financeiro líquido	61.998	(20.115)	77.730	12.194
Depreciação e amortização	11.247	8.026	23.071	23.336
<b>LAJIDA</b>	<b>80.139</b>	<b>70.185</b>	<b>80.139</b>	<b>75.278</b>
Receita líquida	840.957	790.042	845.814	804.924
LAJIDA sobre a receita líquida (%)	9,5%	8,9%	9,5%	9,4%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

O resultado financeiro líquido apresentou uma variação negativa, saindo de R\$ 12 milhões (negativos) em 2010 para R\$ 78 milhões (negativos) neste exercício, impactado principalmente pela variação cambial líquida de R\$ 41 milhões (negativos) em 2011 contra R\$ 14 milhões (positivos) em 2010.

O Resultado Operacional da Companhia subiu de R\$ 35 milhões (lucro) em 2010 para R\$ 56 milhões (lucro) em 2011, um expressivo aumento de 61%. No entanto, o Resultado Líquido do Exercício foi de R\$ 19 milhões (prejuízo), contra R\$ 30 milhões (lucro) apurados em 2010, fortemente impactado pelas despesas financeiras.

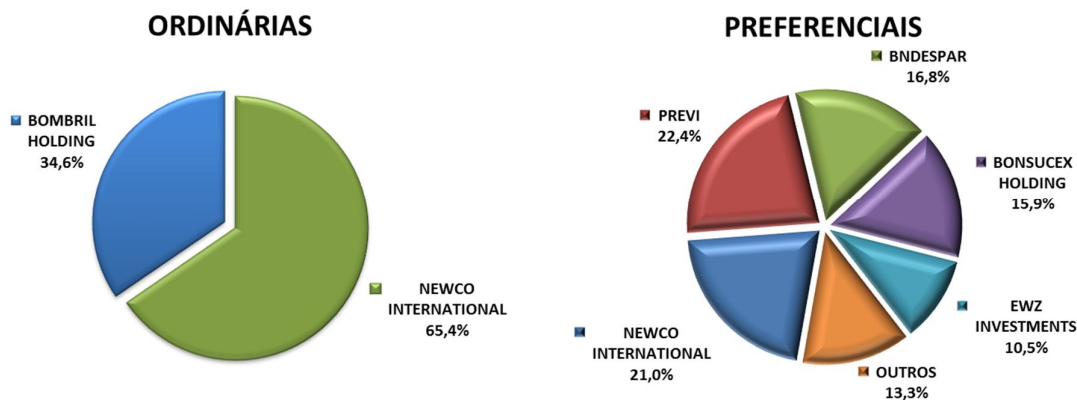
Conforme informado na Nota Explicativa 19 das Demonstrações Financeiras apresentadas junto a este Relatório, os valores correspondentes aos débitos tributários da Companhia, oriundos de administrações anteriores e passíveis de migração no âmbito da Lei nº 11.941/09, foram objeto de consolidação pela Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em 30 de junho de 2011. A diferença de valores consolidados e os valores mantidos na contabilidade da empresa foi objeto de conciliação pelos assessores jurídicos da Companhia que emitiram parecer confirmando que os débitos tributários e previdenciários da Bombril eram aqueles efetivamente consolidados no parcelamento da Lei 11.941.

Os ajustes decorrentes da referida consolidação confirmaram significativa redução do Passivo Tributário, com impacto positivo no Patrimônio Líquido da Companhia da ordem de R\$ 62 milhões em dezembro de 2010, acarretando, também, modificações em outros grupos das demonstrações financeiras, tendo maior relevância as reduções em Impostos Diferidos Ativos e Passivos e Impostos Correntes Sobre o Lucro Líquido, além da redução em Despesas Financeiras. Em função da relevância do ajuste decorrente da referida conciliação, a Companhia está republicando as demonstrações financeiras padronizadas dos exercícios de 2009 e 2010 e republicará todas as informações financeiras intermediárias do período de setembro de 2009 a junho de 2011.

Considerando os números de 2010 republicados após os ajustes acima explicados, o Patrimônio Líquido da Companhia que, em dezembro de 2010, era negativo em R\$ 56 milhões, fecha este exercício em R\$ 38 milhões negativos, em virtude dos efeitos da aplicação dos CPCs e IFRS, melhorando, portanto, a sua posição patrimonial.

**b) Estrutura de capital**



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Do ponto de vista do Balanço, a Bombril S.A. vem mantendo uma evolução consistente com os resultados operacionais. Houve significativa melhora no Patrimônio Líquido, que evoluiu de R\$ 56 milhões negativos em 2010 para R\$ 38 milhões negativos no exercício findo 2011. O índice de liquidez corrente está no patamar de 1,0 no exercício de 2011 o que confirma a capacidade da Companhia honrar os seus compromissos de curto prazo.

**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

A Companhia desenvolveu ao longo destes exercícios um melhor relacionamento com bancos de primeira linha e instituições de fomento mercantil, o que propiciou uma ampliação dos limites de crédito e alongamento nos prazos de captação; visando ao financiamento da expansão e modernização de seu parque industrial e aquisições de empresas.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Resultado do Exercício DRE BOMBRIL S/A - Consolidado**

	2009	2010	2011
<b>Receita Líquida</b>	<b>834</b>	<b>805</b>	<b>846</b>
Custo dos Produtos Vendidos	-429	-439	-474
<b>Resultado Bruto</b>	<b>405</b>	<b>366</b>	<b>372</b>
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	-287	-317	-323
Outras Receitas / Despesas Operacionais	145	-14	7
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>264</b>	<b>35</b>	<b>57</b>
Receitas / Despesas Financeiras	87	-12	-78
<b>Resultado antes dos tributos sobre o Lucro</b>	<b>351</b>	<b>23</b>	<b>-21</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	69	7	2
<b>Lucro / Prejuízo Período</b>	<b>420</b>	<b>30</b>	<b>-19</b>

**Balanço Patrimonial BOMBRIL S/A - Consolidado Ativo**

	2009	2010	2011
<b>Ativo Total</b>	<b>635</b>	<b>624</b>	<b>685</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>258</b>	<b>246</b>	<b>272</b>
Disponibilidades	21	50	22
Créditos Diversos	191	132	168
Estoques	47	64	82
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>377</b>	<b>378</b>	<b>413</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>68</b>	<b>58</b>	<b>66</b>
Estoques	55	42	41
Créditos Diversos	13	16	25
<b>Ativo Permanente</b>	<b>308</b>	<b>320</b>	<b>347</b>
Imobilizado	297	309	317
Intangível	11	11	30

**Balanço Patrimonial BOMBRIL S/A - Consolidado Passivo**

	2009	2010	2011
<b>Passivo Total</b>	<b>635</b>	<b>624</b>	<b>685</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>213</b>	<b>206</b>	<b>273</b>
Fornecedores	67	64	77
Obrigações Fiscais / Tributárias	64	65	77
Empréstimos e Financiamentos	42	48	85
Outros Débitos	40	29	34
<b>Passivo Não-Circulante</b>	<b>501</b>	<b>474</b>	<b>450</b>
Empréstimos e Financiamentos	27	27	42
Obrigações Fiscais / Tributárias	211	192	167
Outros Débitos	178	164	161
Provisões para Contingência	86	90	80
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>-79</b>	<b>-56</b>	<b>-38</b>
Capital Social Realizado	795	795	795
Reservas de Capital	29	29	29
Reservas de Reavaliação	46	43	41
Lucros / Prejuízos Acumulados	-903	-868	-883
Ajustes de Avaliação Patrimonial	77	75	73
Ajustes Acumulados de Conversão	-122	-134	-95
Participação dos Acionistas não Controladores	0	4	3

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Não se aplica à Companhia.

**f) Níveis de endividamento e características das dívidas**

O endividamento bancário líquido da Companhia encerrou 2011 em R\$ 76 milhões ante R\$ 9 milhões em 2010. A porção do endividamento, não considerando o saldo disponível em caixa, no curto prazo aumentou de 64% para 67%, sendo que o custo médio ponderado do endividamento bancário aumentou de 11,5% a.a. para 14,0% a.a.

**Dívida Líquida BOMBRIL S/A - Consolidado**

	2009	2010	2011
<b>(1) Dívida Financeira Bruta</b>	<b>-69</b>	<b>-75</b>	<b>-127</b>
Eurobonds	-9	-3	-
Empréstimos	-60	-73	-127
<b>(2) Disponibilidades</b>	<b>37</b>	<b>66</b>	<b>51</b>
<b>(1-2) Dívida Financeira Líquida</b>	<b>-32</b>	<b>-9</b>	<b>-76</b>
Dívidas Fiscais	-250	-230	-210
<b>Endividamento Líquido Total</b>	<b>-282</b>	<b>-239</b>	<b>-286</b>
<b>Endividamento Financeiro Bruto</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Curto Prazo	61%	64%	67%
Longo Prazo	39%	36%	33%

**g) Os limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Atualmente, a Companhia utiliza 75% de seu limite total de crédito bancário e todo o crédito tomado tem o mesmo grau de subordinação.

**h) As alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Do ponto de vista do Demonstrativo de Resultados as principais variações observadas são as seguintes:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

- i) A receita líquida de vendas apresentou uma pequena redução em 2010 e voltou a crescer em 2011, em percentual de 5%, resultado acima da evolução da cesta de higiene e limpeza que manteve-se estável em 2011 comparada a 2010.
- ii) A margem bruta teve uma queda de 9,7% em '10 vs. '09 influenciada principalmente pelo mix de produtos e alguns aumentos de insumos, na comparação entre '11 vs. '10, a margem bruta manteve-se praticamente constante.
- iii) Na comparação '10 vs. '09, sem o efeito do "Refis IV", o lucro líquido teve uma redução decorrente do aumento das despesas operacionais em 10%; este aumento deveu-se ao incremento no custo logístico de 27% e aos investimentos em marketing e mídia de 24% (esses acréscimos se deram em função de uma distribuição mais ampla, o que levou a Bombril a atingir uma maior participação de mercado no Norte e Nordeste do País). Já na comparação '11 vs. '10, o lucro líquido foi fortemente impactado pela variação cambial líquida.

Do ponto de vista do Balanço Patrimonial as principais variações observadas são as seguintes:

- i) O ativo circulante teve uma redução de 5% na comparação '10 vs. '09 em linha com a redução da receita líquida, já na comparação '11 vs. '10, o ativo circulante teve um aumento de 10% decorrente do aumento do volume de recebíveis.
- ii) O ativo não-circulante teve um aumento na comparação '10 vs. '09 em virtude dos investimentos em infra-estrutura e imobilizado. Esta tendência foi mantida na comparação '11 vs. '10, seguindo o cronograma de modernização e ampliação do parque industrial.
- iii) Na comparação '10 vs. '09, o passivo circulante manteve sua tendência de redução (3%) devido ao alongamento do endividamento bancário e amortizações das obrigações fiscais. Já na comparação '11 vs. '10, o passivo circulante demonstrou um significativo aumento decorrente, principalmente, da captação de recursos para aquisições de empresas e obras-civis para ampliação da planta de São Paulo.
- iv) Os ajustes decorrentes da consolidação pela Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em 30 de junho de 2011 dos valores

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

correspondentes aos débitos tributários da Companhia, oriundos de administrações anteriores e passíveis de migração no âmbito da Lei nº 11.941/09, confirmaram significativa redução do Passivo Tributário, com impacto positivo no Patrimônio Líquido da Companhia da ordem de R\$ 62 milhões em dezembro de 2010, acarretando, também, modificações em outros grupos das demonstrações financeiras, tendo maior relevância as reduções em Impostos Diferidos Ativos e Passivos e Impostos Correntes Sobre o Lucro Líquido, além da redução em Despesas Financeiras. Em função da relevância do ajuste decorrente da referida conciliação, a Companhia está republicando as demonstrações financeiras padronizadas dos exercícios de 2009 e 2010 e republicará todas as informações financeiras intermediárias do período de setembro de 2009 a junho de 2011. Considerando os números de 2010 republicados após os ajustes acima explicados, o Patrimônio Líquido da Companhia que, em dezembro de 2010, era negativo em R\$ 56 milhões, fecha este exercício em R\$ 38 milhões negativos, em virtude dos efeitos da aplicação dos CPCs e IFRS, melhorando, portanto, a sua posição patrimonial.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2. Descrever as principais tendências futuras identificadas em cada item das demonstrações financeiras.

Apesar do passivo fiscal herdado de administrações anteriores, a Bombril S.A. projeta para o próximo exercício uma firme e determinada trajetória de continuidade no crescimento em seus negócios, tanto na ampliação de sua participação nos segmentos onde atua, quanto na prospecção de novas oportunidades e na ampliação de seu parque industrial, principalmente nas plantas de Sete Lagoas – Minas Gerais e Abreu e Lima – Pernambuco.

No exercício de 2012, a Bombril continuará a trazer ao seu público consumidor, as mais modernas soluções da indústria de higiene e limpeza na forma de seus já consagrados produtos e com o lançamento de produtos ainda mais modernos, ampliando a sua participação em algumas categorias e entrando em novas, como limpadores para eletrodomésticos e eletroeletrônicos e uma linha de sabão e amaciante desenvolvida especialmente para bebês.

A Companhia está fortemente direcionada ao aumento da rentabilidade de sua operação de modo a proporcionar uma maior capacidade de investimento, e continuará ampliando suas vendas, tendo sempre em mente também outros fatores essenciais como qualidade, respeito ao meio ambiente sustentabilidade e responsabilidade social.

Ainda, seguirá com seu plano de manutenção e renovação de seu parque industrial que são prioridades, assegurando o crescimento de suas operações e o desenvolvimento de novas tecnologias, assim como melhor eficiência operacional.

É importante salientar que a Companhia continuará inovando e investindo em propaganda e publicidade, visando à renovação da marca, maior aproximação e preferência de seus produtos junto aos consumidores e aumentando ainda mais a sua já excelente participação no mercado.

A Bombril S.A. continuará desta maneira buscando com toda transparência, colocar a empresa em um lugar cada vez mais seguro e atrativo aos seus investidores.

## **10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

### **10.3 Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia**

Estes comentários se encontram descritos no item 10.1.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4 Principais Tendências futuras identificadas para cada um dos subitens do item 10.3**

Estes comentários se encontram descritos no item 10.2

Os diretores devem comentar:

**a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Em 2008, entrou em vigor a Lei nº 11.638/07, bem como a Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, que alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. As alterações promovidas visam, principalmente, atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS), e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Dentro do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) diversos pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatória para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e para as demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

Destacamos a seguir os principais pronunciamentos que impactaram as demonstrações contábeis e as notas explicativas da Companhia e de suas controladas:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras, aprovada pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008;

CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 1º de novembro de 2007;

CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008;



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008;

CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008;

CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556, de 12 de novembro de 2008;

CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008;

CPC 12- Ajuste a Valor Presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008;

CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008;

CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008;

OCPC - 01 – Entidades de incorporação imobiliária, aprovado pela Deliberação CVM nº 561, de 17 de dezembro de 2008.

Em análise em conjunto com os auditores independentes, a Companhia avaliou os potenciais efeitos relativos aos seguintes pronunciamentos, interpretações e orientações, os quais impactaram as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, reapresentadas comparativamente às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2010.

CPC 15 - Combinação de Negócios: Estabelece que o adquirente deve reconhecer, obrigatoriamente, os ativos adquiridos e os passivos que passa a controlar pelos seus respectivos valores justos, mensurados na data de aquisição, divulgando informações relativas a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações que uma entidade fornece em suas demonstrações contábeis acerca de uma combinação de negócios e sobre seus efeitos.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

CPC 20 - Custos de Empréstimos: Estabelece que os custos de empréstimos que são diretamente atribuídos à aquisição, à construção ou à produção de ativos qualificáveis para a sua capitalização formam parte do custo de tais ativos.

CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8): Especifica como a entidade deve divulgar informações sobre seus segmentos operacionais nas demonstrações financeiras.

CPC 24 - Evento Subsequente: Define quando a entidade deve ajustar suas demonstrações contábeis com respeito a eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações e as informações que a entidade deve divulgar sobre a data em que é concedida a autorização para emissão das demonstrações contábeis e sobre os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações.

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Define a base para a apresentação de demonstrações financeiras, inclusive as separadas e consolidadas, para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades.

CPC 27 - Ativo Imobilizado: Estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados, bem como a divulgação das mutações nesse investimento e das informações que permitam o entendimento e a análise desse grupo de contas. Os principais pontos a serem considerados na contabilização dos ativos imobilizados são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e as perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

CPC 28 - Propriedade para Investimento: Estabelece que a mensuração inicial de uma propriedade para investimento é o seu custo e sua mensuração subsequente depende da política contábil adotada pela entidade (método de custo ou método de valor justo). No método de valor justo, as variações no valor justo da propriedade para investimento são reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorrem. Adicionalmente, o pronunciamento estabelece requerimentos gerais e específicos de divulgação para cada método de mensuração escolhido pela entidade.

CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada: O pronunciamento exige que os ativos que satisfazem os critérios de classificação como mantidos para venda sejam classificados no circulante e mensurados pelo menor entre o

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

valor contábil até então registrado e o valor justo menos as despesas de venda (componentes esses ajustados a valor presente), e que a depreciação desses ativos deve cessar; e os ativos (e passivos relacionados, se existirem) que satisfazem os critérios de classificação como mantidos para venda sejam apresentados separadamente no balanço patrimonial e que os resultados das operações descontinuadas também sejam apresentados separadamente na demonstração do resultado.

CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: Estabelece como contabilizar os efeitos fiscais atuais e futuros de: (a) futura recuperação (liquidação) do valor contábil dos ativos (passivos) que são reconhecidos no balanço patrimonial da entidade; e (b) operações e outros eventos do período atual que são reconhecidos nas demonstrações contábeis da entidade. A entidade deve contabilizar os efeitos fiscais das transações e de outros eventos da mesma maneira que ela contabiliza as próprias transações e os outros eventos. Também trata do reconhecimento de ativos fiscais diferidos advindos de prejuízos fiscais não utilizados ou créditos fiscais não utilizados, da apresentação dos tributos sobre o lucro nas demonstrações contábeis e da divulgação das informações relacionadas aos tributos sobre o lucro.

CPC 33 - Benefícios a Empregados: Requer que a patrocinadora/empregadora reconheça: (a) um passivo, quando o empregado presta o serviço em troca dos benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa, quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado.

CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Seu objetivo é garantir que as primeiras demonstrações financeiras consolidadas de uma entidade, elaboradas conforme as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) contenham informações de alta qualidade; e que sejam transparentes para os usuários e comparáveis em relação a todos os períodos apresentados; proporcionem um ponto de partida adequado para as contabilizações de acordo com as IFRSs; e possam ser geradas a um custo que não supere os seus benefícios. Esse pronunciamento limita algumas das alternativas existentes na norma original do IASB (IFRS 1).

CPC 38, 39 e 40: O CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece princípios para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros. Também estabelece requerimentos para separação de derivativos embutidos, regras para

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

desreconhecimento de um passivo financeiro assim como contabilização de operações de hedge. Os requisitos para apresentar os instrumentos financeiros estão no Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, e os requisitos para divulgar informações a respeito de instrumentos financeiros estão no Pronunciamento Técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

ICPC 10 - Esclarecimento sobre o CPC 27 e CPC 28: Esclarece sobre os seguintes assuntos: (a) processo de revisão inicial e periódica das taxas de depreciação e valor residual dos bens do ativo imobilizado; (b) requisitos necessários a esse processo de revisão periódica; (c) possibilidade de atribuição de novo custo para os bens do ativo imobilizado e de propriedade para investimento, de forma convergente com as normas internacionais; (d) possibilidade, estabelecida no Pronunciamento CPC 28, de utilização do critério do custo ou do valor justo par ao ativo “Propriedade para Investimento”.

**b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**Efeitos da adoção das IFRS nas demonstrações financeiras consolidadas**(i) Aplicação da IFRS**

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com as IFRSs. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa n.º 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Isenções opcionais adotadas pela Companhia ao tratamento retrospectivo das normas

- Combinações de empresas

A Companhia optou por não reprocessar as aquisições de empresas ocorridas antes da data de transição para IFRS de acordo com o IFRS 3 “Combinações de Negócios”. Portanto, os ágios oriundos de aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, foram mantidos pelos saldos líquidos de amortização apurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes à época.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

- Imobilizado

A Companhia optou por mensurar determinados itens do seu ativo imobilizado ao valor justo (*Custo atribuído*) na data de transição.

- Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com o IAS 32 “*Instrumentos Financeiros: Apresentação*” e IAS 39 “*Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*” na data de transição, não sendo realizadas análises retroativas para os instrumentos financeiros vigentes na data de transição, a partir da data original de sua contratação. A classificação e avaliação dos referidos instrumentos financeiros na data de transição de acordo com os IFRS não resultou em diferenças com relação aos seus valores registrados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, a Companhia preparou a reapresentação retrospectiva das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

**Balanco Patrimonial Reapresentado em 31 de dezembro de 2010.**

		Individual			Consolidado		
		Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo Total</b>		<b>887.664</b>	<b>(18.385)</b>	<b>869.279</b>	<b>670.856</b>	<b>(18.993)</b>	<b>651.864</b>
	Tributos Diferidos	46.502	(18.993)	27.509	46.502	(18.993)	27.509
<b>Passivo Total</b>		<b>887.664</b>	<b>(18.385)</b>	<b>869.279</b>	<b>670.856</b>	<b>(18.993)</b>	<b>651.864</b>
<b>Circulante</b>		<b>170.926</b>	<b>12.412</b>	<b>183.337</b>	<b>208.495</b>	<b>(2.265)</b>	<b>206.230</b>
	Partes Relacionadas	-	14.676	<b>14.676</b>			
	Tributos a recolher	54.269	(2.265)	52.004	67.228	(2.265)	64.962
<b>Não Circulante</b>		<b>839.057</b>	<b>(93.063)</b>	<b>745.994</b>	<b>580.255</b>	<b>(78.995)</b>	<b>501.260</b>
	Partes Relacionadas	361.164	(14.676)	346.488			
	Tributos parcelados	268.549	(76.464)	192.085	268.920	(76.464)	192.456
	Tributos Diferidos	69.488	(293)	69.195	130.932	(2.531)	128.401
<b>PL Consolidado (passivo a descoberto)</b>		<b>(122.319)</b>	<b>62.268</b>	<b>(60.051)</b>	<b>(117.894)</b>	<b>62.268</b>	<b>(55.626)</b>
Lucros / Prejuízos Acumulados		(927.696)	<b>59.738</b>	(867.958)	(927.696)	<b>59.738</b>	(867.958)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		72.061	<b>2.530</b>	74.591	72.061	<b>2.530</b>	74.591

**Descritivo dos efeitos no Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)**

Passivo a descoberto original	(122.319)
Correção de passivos tributários	59.066
Reversão de juros	8.352
Diferença de Impostos (correntes e diferido)	(5.150)
<b>Passivo a descoberto reapresentado</b>	<b>(60.051)</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****Demonstração do Resultado Reapresentada em 31 de Dezembro de 2010**

	Individual			Consolidado		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
<b>DRE- 1/01/2010 a 31/12/2010</b>						
Res. antes do res. financeiro e tributos	3.087	840	3.927	35.356	(278)	35.078
Resultado Financeiro	11.763	8.352	20.115	(20.546)	8.352	(12.194)
Res. antes dos tributos sobre os lucros	14.850	9.192	24.042	14.810	8.074	22.884
IR e CSSL	13.452	(7.256)	6.196	13.507	(6.138)	7.369
<b>Resultado Líquido</b>	<b>28.302</b>	<b>1.936</b>	<b>30.238</b>	<b>28.302</b>	<b>1.936</b>	<b>30.238</b>

**Descritivo dos efeitos no Resultado do Exercício**

<b>Resultado do período original</b>	<b>28.302</b>
Ajuste multa sobre impostos	840
Ajuste de juros sobre dívidas tributárias	8.352
Ajuste IR e CSSL	(7.256)
<b>Resultado do período reapresentado</b>	<b>30.238</b>

**Balanco Patrimonial Reapresentado em 31 de dezembro de 2009**

	Individual			Consolidado		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo Total</b>	<b>891.567</b>	<b>(704)</b>	<b>890.863</b>	<b>635.172</b>	<b>-</b>	<b>635.172</b>
Investimentos	554.489	(704)	553.785	-	-	-
<b>Passivo Total</b>	<b>891.567</b>	<b>(704)</b>	<b>890.863</b>	<b>635.172</b>	<b>-</b>	<b>635.172</b>
<b>Circulante</b>	<b>179.589</b>	<b>(1.343)</b>	<b>178.246</b>	<b>214.188</b>	<b>(1.342)</b>	<b>212.846</b>
Tributos a Recolher	54.036	(1.343)	52.693	65.484	(1.342)	64.142
<b>Não Circulante</b>	<b>851.538</b>	<b>(59.692)</b>	<b>791.846</b>	<b>560.427</b>	<b>(58.989)</b>	<b>501.438</b>
Tributos Parcelados	281.956	(71.076)	210.880	282.567	(71.077)	211.490
Tributos Diferidos	39.027	13.207	52.234	101.108	12.088	113.196
Provisões Diversas	17.379	(1.823)	15.556	-	-	-
<b>PL Consolidado (passivo a descoberto)</b>	<b>(139.560)</b>	<b>60.331</b>	<b>(79.229)</b>	<b>(139.443)</b>	<b>60.331</b>	<b>(79.112)</b>
Lucros / Prejuízos Acumulados	(962.252)	<b>59.066</b>	(903.186)	(962.252)	<b>59.066</b>	(903.186)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	75.783	<b>1.265</b>	77.048	75.783	<b>1.265</b>	77.048

**Demonstração do Resultado Reapresentada em 31 de Dezembro de 2009**

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

DRE - 1/01/2009 a 31/12/2009	Individual			Consolidado		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Outras Receitas Operacionais	164.327	(3.576)	160.750	171.544	(3.577)	167.967
Outras Despesas Operacionais	(8.332)	(3.507)	(11.839)	(19.230)	(3.507)	(22.737)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(5.922)	1.119	(4.803)	-	-	-
Resultado Financeiro	35.905	45.529	81.434	41.406	45.529	86.935
Res. antes dos tributos sobre os lucros	317.179	39.565	356.744	312.064	38.445	350.509
IR e CSSL	69.643	(5.154)	64.489	73.243	(4.034)	69.209
<b>Resultado Líquido</b>	<b>386.822</b>	<b>34.411</b>	<b>421.233</b>	<b>385.307</b>	<b>34.411</b>	<b>419.718</b>

**Descritivo dos efeitos no Resultado do Exercício**

<b>Resultado do período original</b>	<b>386.822</b>
Ajuste custos, desp. adm., multa equiv. patrim.	(5.964)
Ajuste de juros sobre dívidas tributárias	45.529
Ajuste IR e CSSL	(5.154)
<b>Resultado do período reapresentado</b>	<b>421.233</b>

Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC nas demonstrações financeiras individuais

## (i) Adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil

Na preparação das suas demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa n.º 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, ajustando as suas demonstrações financeiras individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de Passivo a Descoberto, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação à consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

da IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Para isso, a Companhia efetuou nas duas demonstrações financeiras individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas às reconciliações

A transição para as IFRSs e a adoção dos CPC's resultaram nas seguintes mudanças de práticas contábeis:

De acordo com as práticas contábeis anteriores, a Companhia registrava no ativo as despesas pré-operacionais e os gastos de manutenção de marcas. Essas despesas e gastos não atendem a definição de ativo de acordo com as IFRSs.

- Participação de acionistas não controladores

De acordo com o BR GAAP, a parcela dos investimentos em controladas em poder de acionistas não controladores é apresentada em um grupo destacado no balanço patrimonial, imediatamente antes do Passivo a Descoberto e em rubrica específica anterior ao lucro líquido na demonstração do resultado.

De acordo com as IFRSs, nas demonstrações consolidadas, a parcela referente aos acionistas não controladores deve ser destacada, mas tratada como parte do Passivo a Descoberto.

- Depósitos judiciais

De acordo com as IFRSs, os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia apresentava os depósitos judiciais, líquido das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

- Adoção do custo atribuído (Custo atribuído)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Companhia optou na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado. Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado por empresa especializada, gerando um aditivo de R\$ 5.074 ao custo de R\$ 55.954, registrado no



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

ativo imobilizado no balanço da controladora e um aditivo de R\$ 117.147 ao custo de R\$ 193.877 registrado no balanço consolidado na época da adoção. A contrapartida do saldo é registrada no Passivo a Descoberto, na rubrica “ajustes de avaliação patrimonial”, líquidos dos impostos diferidos incidentes.

	<u>Custo Atribuído</u>	<u>Efeito Tributário (34%)</u>	<u>Saldo Líquido</u>
Custo Atribuído	117.147	(39.830)	77.317
Custo atribuído da Ecoville líquido de impostos proporcional a participação	3.315	(1.127)	2.188
Saldo em 01.01.09	<u>120.462</u>	<u>(40.957)</u>	<u>79.505</u>
Realização do custo atribuído em 2009	(3.722)	1.265	(2.457)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>116.740</u>	<u>(39.692)</u>	<u>77.048</u>
Realização do custo atribuído em 2010	(3.722)	1.265	(2.457)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>113.018</u>	<u>(38.427)</u>	<u>74.591</u>
Realização do custo atribuído em 2011	(2.209)	751	(1.458)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>110.809</u>	<u>(37.676)</u>	<u>73.133</u>

**a) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.****Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras**

Conforme nota explicativa nº 2.3, os registros contábeis da controlada Bombril Overseas Inc., relativos aos exercícios de 2002 a 2005, foram reconstituídos pelos administradores da controlada com base em cópia de documentos e contratos, planilhas de controle, etc. visto que os documentos originais da controladora estão em poder das autoridades italianas (comentários detalhados na nota explicativa nº18) e, portanto, encontram-se indisponíveis. Em 31 de dezembro de 2011, a controlada possui ativos totais de R\$341.349 mil, patrimônio líquido de R\$340.551 mil e prejuízo do exercício de R\$10.321 mil. Não foi possível aplicar procedimentos de revisão nas informações contábeis da controlada referentes aos exercícios de 2002 a 2005, julgados necessários nas circunstâncias. Como consequência, não nos foi possível concluir se modificações relevantes deveriam ser efetuadas nas demonstrações financeiras.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Conforme nota explicativa nº12, não foram obtidas respostas às solicitações de confirmação direta de saldos e operações das empresas C&P Overseas Ltd., Società Sportiva Lazio, Cirio Brasil S.A., Agropecuária Cirio Ltda., C&P Capital Investment NV e Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A., pertencentes ao grupo econômico do antigo acionista controlador (em processo de liquidação judicial). A Companhia possui R\$1.160.472 mil de contas a receber (que se encontram totalmente provisionados para perdas) e R\$56.038 mil de contas a pagar em aberto com as referidas empresas. Caso fossem recebidas essas confirmações de saldos e operações, as informações poderiam resultar em ajustes complementares nas demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****Opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos de base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bombril S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos de base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Bombril S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfases**

Conforme nota explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Bombril S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. A Companhia apresentou patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$ 40.546 mil em 2011 (R\$60.051 mil em 31 de dezembro de 2010 – reapresentado). Os planos da administração para reverter o passivo a descoberto estão detalhados na nota explicativa nº1.

Conforme nota explicativa nº 23, a Companhia e suas controladas estão discutindo administrativa e judicialmente ações, principalmente de natureza tributária em diversas

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

fases do rito processual, no montante de R\$ 4.187.400 mil. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, cuja avaliação do êxito é possível, a Administração da Companhia decidiu não constituir provisão para contingências.

Conforme detalhado na nota nº 10.a2, a controlada Bombril Overseas Inc. possui recebíveis – Eurobonds da Companhia no valor de R\$337.190 mil em 31 de dezembro de 2011, os quais estão custodiados em uma conta da empresa Cirio Holding Luxembourg S.A. A controlada impetrou pedido para recuperar esses títulos, perante o tribunal de Luxemburgo, o qual foi aceito pelo respectivo tribunal. A transferência dos Eurobonds ainda não foi realizada em razão dos títulos encontrarem-se indisponíveis em função de outro arresto, este criminal, efetuado pelas autoridades judiciais italianas, onde se investiga a falência do Grupo Cirio. Os administradores judiciais do Grupo Cirio emitiram correspondência em 28 de Outubro de 2010 reconhecendo não ter razões para incluir a Bombril Overseas Inc. no âmbito da investigação de falência. A opinião dos assessores legais da Companhia, quanto ao sucesso da transferência da custódia dos títulos à Bombril Overseas Inc. é considerada possível. Conforme mencionado na nota explicativa nº 18, as empresas Cirio Finanziaria S.p.A., Cirio Holding S.p.A., Cirio Finance Luxembourg S.A. e Cirio Holding Luxembourg S.A., reconheceram não ter direito sobre os Eurobonds e assinaram um acordo com a controladora da Bombril S.A., Newco International Ltd, comprometendo-se a tomar todas as medidas necessárias para transferir integralmente os títulos à Bombril Overseas Inc. O resultado da investigação do tribunal da Itália que deve permitir a transferência da custódia e o reconhecimento da titularidade da controlada sobre estes títulos são fatores fundamentais para evitar eventuais ajustes na posição contábil e financeira da Companhia.

Conforme nota explicativa nº33, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2010 para retificar erros na apuração da dívida com tributos objeto da adesão aos programas de parcelamentos tributários oferecidos pela Receita Federal do Brasil em exercícios anteriores. A retificação retrospectiva de erros gerou uma redução do passivo tributário e aumento do patrimônio líquido (redução do passivo a descoberto), os quais estão detalhados nas notas explicativas nº19 e nº33.

**Outros assuntos****Demonstrações do valor adicionado**

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto quanto os possíveis efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo de base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas.

**10.7. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Em 31 de dezembro de 2011, estão provisionados os montantes de R\$ 77.832 (controladora) e de R\$ 80.215 (consolidado), os quais, na opinião dos assessores legais, levantada em 31 de dezembro de 2011, são suficientes para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

	Controladora			Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
Trabalhistas	11.620	4.246	5.524	12.112	4.696	5.524
Cíveis	51.631	58.083	54.530	53.470	59.399	54.971
Fiscais	14.581	18.329	17.579	14.633	26.277	25.134
Total	<u>77.832</u>	<u>80.658</u>	<u>77.633</u>	<u>80.215</u>	<u>90.372</u>	<u>85.629</u>

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

- Movimentação da provisão para demandas judiciais:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
<b>Saldo em 31.12.09</b>	<b>5.524</b>	<b>54.530</b>	<b>17.579</b>	<b>77.633</b>	<b>5.524</b>	<b>54.971</b>	<b>25.134</b>	<b>85.629</b>
Constituição de provisão	804	1.629	141	2.574	1.746	2.511	171	4.428
Atualização monetária	-	1.924	490	2.414	-	2.319	851	3.170
Baixas	(2.082)	-	(1.189)	(3.271)	(2.574)	(402)	(2.081)	(5.057)
Transferências para provisões diversas	-	-	1.308	1.308	-	-	2.202	2.202
<b>Saldo em 31.12.10</b>	<b>4.246</b>	<b>58.083</b>	<b>18.329</b>	<b>80.658</b>	<b>4.696</b>	<b>59.399</b>	<b>26.277</b>	<b>90.372</b>
Constituição de provisão	7.970	5.157	10.332	23.459	7.858	5.680	10.510	24.048
Baixas	(596)	(11.609)	(14.080)	(26.285)	(442)	(11.609)	(22.154)	(34.205)
<b>Saldo em 31.12.11</b>	<b>11.620</b>	<b>51.631</b>	<b>14.581</b>	<b>77.832</b>	<b>12.112</b>	<b>53.470</b>	<b>14.633</b>	<b>80.215</b>

**Contingências Trabalhistas**

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

**Contingências Cíveis**

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações cíveis com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Em 13 de maio de 2008 foram ajuizadas ações monitórias pela Massa Falida do Banco Santos S.A. e Massa Falida da Finsec S.A., empresa que pertencia ao Banco Santos, que segundo estimativas dos assessores jurídicos responsáveis por estas demandas representam uma contingência máxima de R\$ 196.828, sendo R\$ 149.858 possível e R\$ 46.970 provável. O montante de R\$ 46.970 considerado como provável em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 44.018 em 31 de dezembro de 2010) encontra-se devidamente provisionados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Contingências Fiscais

A Companhia e suas controladas estão questionando administrativa e judicialmente a constitucionalidade da natureza, da base de cálculo e das modificações de alíquotas e da expansão da base de cálculo de alguns impostos, encargos e contribuições sociais, no intuito de assegurar o não-recolhimento ou a recuperação de pagamentos do passado. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas. Os valores de impostos não recolhidos, com base em decisões judiciais preliminares, são provisionados e atualizados até que se obtenha uma decisão final.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo consolidado de R\$ 4.187.400 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 1.244.377 em 31 de dezembro de 2010). A probabilidade de êxito nesses processos foi considerada pelos assessores jurídicos como possível e, com base nessa opinião, a Administração da Companhia decidiu não constituir provisão para contingências para os referidos processos.

	Controladora			Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
Trabalhistas	6.299	8.075	-	6.299	8.075	-
Cíveis	180.706	173.168	162.127	181.181	184.829	163.058
Fiscais	3.992.686	1.049.751	816.876	3.999.920	1.051.473	818.136
Total	<u>4.179.691</u>	<u>1.230.994</u>	<u>979.003</u>	<u>4.187.400</u>	<u>1.244.377</u>	<u>981.194</u>

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

As naturezas das principais ações são as seguintes:

- Compra e Venda de Títulos

Autos de infração lavrados pela Receita Federal em 2003, 2004, 2005 e 2006, no montante de R\$ 3.230.363 (atualizados em 31 de dezembro de 2011), referentes a imposto de renda retido na fonte em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior (T-Bills, T-Bonds, Argentine Global Bonds, etc.) entre os anos de 1998 e 2001 sendo R\$ 367.062 relativos ao ano de 1998, R\$ 362.342 relativos ao ano de 1999, R\$ 1.859.419 relativos ao ano de 2000 e R\$ 641.540 relativos ao ano de 2001.

Após o encerramento do processo administrativo relativo às operações de 1998, em 22 de fevereiro 2011 a Fazenda Nacional ajuizou a execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611. Em 17 de março de 2011, a Companhia ofereceu os bens integrantes de seu ativo imobilizado para fins de garantia da execução, o que foi aceito pela Fazenda Nacional. A Companhia apresentou, em 15 de abril de 2011, Embargos do Devedor, iniciando a defesa judicial da matéria. Atualmente aguarda-se a formalização da penhora sobre os bens oferecidos para posterior recebimento dos Embargos. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos assessores jurídicos da Companhia como possível.

Acerca dos supostos débitos referentes às operações praticadas em 1999, o antigo Conselho de Contribuintes reconheceu, de forma definitiva, a decadência dos créditos tributários de IR/Fonte no período de 10 de maio de 1999 a 21 de dezembro de 1999, correspondente a 82,17% do valor total exigido no auto de infração. O débito remanescente do auto de infração foi inscrito em dívida ativa em 8 de fevereiro 2011 e em 13 de maio de 2011 foi ajuizada a execução fiscal nº 0003205-23.2011.4.03.6114. Na sequência foram apresentados bens do ativo como garantia e em 27 de julho de 2011 opostos Embargos do Devedor, tendo sido determinado pela juíza o apensamento do processo à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.6114 para aproveitamento dos atos



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

processuais em um único processo. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos seus assessores jurídicos da Companhia como possível.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2000 foi julgado no âmbito do Primeiro Conselho de Contribuintes em abril de 2008, tendo sido reconhecida a decadência de 94,7% do débito. Em face dessa decisão, foram opostos embargos de declaração pela Companhia e Recurso Especial pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O processo foi distribuído, da 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o qual apreciou os embargos apresentados. Em 10 de junho de 2011 os autos haviam sido encaminhados à Delegacia da Receita Federal de São Bernardo do Campo para ciência da decisão proferida e eventual interposição de Recurso Especial. Porém, atualmente os autos foram devolvidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para correção de erros formais que constavam na decisão. Após, os autos retornarão à Delegacia da Receita Federal para ciência da decisão proferida e intimação para interposição de Recurso Especial.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2001 aguarda julgamento do Recurso Voluntário interposto em 5 de setembro de 2008.

No que tange às operações praticadas em 2000 e 2001, pendentes de decisão final na esfera administrativa, os assessores jurídicos da Companhia classificaram a chance de perda como possível.

- Tributação sobre Lucros de Controlada no Exterior

A Companhia, em 22 de abril de 2003, entrou com mandado de segurança com pedido liminar para discutir judicialmente a constitucionalidade da Medida Provisória nº 2158-35/01 e IN nº 213/02, que disciplinam a tributação do IRPJ e da CSLL sobre os lucros da sua controlada Bombril Overseas Inc. formados e alcançados pela regulamentação desde o ano de 1996 a 2002. Após ter sido proferida sentença favorável à Companhia, foi interposto recurso de Apelação pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região proferiu acórdão dando parcial provimento ao recurso. Foram opostos embargos de declaração tanto pela Companhia como pela Procuradoria da Fazenda Nacional, os quais foram rejeitados por meio de acórdão publicado em 23 de dezembro de 2011. Atualmente aguarda-se julgamento dos novos embargos de declaração opostos pela Companhia. O montante estimado, atualizado em

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

31 de dezembro de 2011, é de R\$ 467.604, sendo R\$ 170.532 considerado como probabilidade de perda possível e R\$ 297.072 como probabilidade de perda remota, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

- Depósitos Judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais de R\$ 24.564 mil em 31 de dezembro de 2011 consolidado (R\$ 13.176 em 31 de dezembro de 2010) relacionados a processos de natureza civil, trabalhistas e tributárias que estão em andamento. As estimativas de perda para fazer frente a estes processos estão devidamente provisionadas.

**10.8. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras contábeis, os diretores devem comentar.**

**a) O grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam refletidos nesse Formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

**b) Ressalvas e ênfases sobre controles internos presentes no parecer do auditor nos últimos 3 exercícios sociais**

Não se aplica à Companhia

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

**10.7. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados , que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19 - Obrigações Fiscais e Tributárias, em 27 de outubro de 2009 a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento previsto pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, denominado pelo mercado de “REFIS IV”. A consolidação do referido parcelamento foi concluída pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011, momento em que Companhia obteve uma posição formal das dívidas tributárias incluídas no respectivo sistema de parcelamento. O valor maior da dívida reconhecido contabilmente pela Companhia decorreu de diversas premissas adotadas em setembro de 2009, mas que se mostraram inadequadas em junho de 2011, momento em que foi possível verificar os critérios corretos para a migração dos parcelamentos anteriormente concedidos para a Lei 11.941. Os reflexos mais relevantes referem-se a débitos anteriormente confessados no âmbito do PAES (Parcelamento Especial instituído pela Lei 10.684 de 2003), resultando em ajustes de exercícios anteriores, assim como a diferenças de cálculo dos benefícios instituídos pela Lei 11.941, ajustados no exercício de 2009.

O ajuste decorrente da referida consolidação ocasionou significativa redução do Passivo Tributário com impacto positivo no Patrimônio Líquido, modificações em outros grupos das demonstrações financeiras, com maior relevância em Impostos Diferidos Ativos e Passivos e Impostos correntes sobre o lucro líquido, e redução das Despesas Financeiras.

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, a Companhia preparou a reapresentação retrospectiva das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Em 31 de dezembro de 2011, estão provisionados os montantes de R\$ 77.832 (controladora) e de R\$ 80.215 (consolidado), os quais, na opinião dos assessores legais, levantada em 31 de dezembro de 2011, são suficientes para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

	Controladora			Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
Trabalhistas	11.620	4.246	5.524	12.112	4.696	5.524
Cíveis	51.631	58.083	54.530	53.470	59.399	54.971
Fiscais	14.581	18.329	17.579	14.633	26.277	25.134
Total	<u>77.832</u>	<u>80.658</u>	<u>77.633</u>	<u>80.215</u>	<u>90.372</u>	<u>85.629</u>

• Movimentação da provisão para demandas judiciais:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
<b>Saldo em 31.12.09</b>	<b>5.524</b>	<b>54.530</b>	<b>17.579</b>	<b>77.633</b>	<b>5.524</b>	<b>54.971</b>	<b>25.134</b>	<b>85.629</b>
Constituição de provisão	804	1.629	141	2.574	1.746	2.511	171	4.428
Atualização monetária	-	1.924	490	2.414	-	2.319	851	3.170
Baixas	(2.082)	-	(1.189)	(3.271)	(2.574)	(402)	(2.081)	(5.057)
Transferências para provisões diversas	-	-	1.308	1.308	-	-	2.202	2.202
<b>Saldo em 31.12.10</b>	<b>4.246</b>	<b>58.083</b>	<b>18.329</b>	<b>80.658</b>	<b>4.696</b>	<b>59.399</b>	<b>26.277</b>	<b>90.372</b>
Constituição de provisão	7.970	5.157	10.332	23.459	7.858	5.680	10.510	24.048
Baixas	(596)	(11.609)	(14.080)	(26.285)	(442)	(11.609)	(22.154)	(34.205)
<b>Saldo em 31.12.11</b>	<b>11.620</b>	<b>51.631</b>	<b>14.581</b>	<b>77.832</b>	<b>12.112</b>	<b>53.470</b>	<b>14.633</b>	<b>80.215</b>

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### Contingências Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

### Contingências Cíveis

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações cíveis com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Em 13 de maio de 2008 foram ajuizadas ações monitórias pela Massa Falida do Banco Santos S.A. e Massa Falida da Finsec S.A., empresa que pertencia ao Banco Santos, que segundo estimativas dos assessores jurídicos responsáveis por estas demandas representam uma contingência máxima de R\$ 196.828, sendo R\$ 149.858 possível e R\$ 46.970 provável. O montante de R\$ 46.970 considerado como provável em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 44.018 em 31 de dezembro de 2010) encontra-se devidamente provisionados nas demonstrações financeiras da Companhia.

### Contingências Fiscais

A Companhia e suas controladas estão questionando administrativa e judicialmente a constitucionalidade da natureza, da base de cálculo e das modificações de alíquotas e da expansão da base de cálculo de alguns impostos, encargos e contribuições sociais, no intuito de assegurar o não-recolhimento ou a recuperação de pagamentos do passado. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas. Os valores de impostos não recolhidos, com base em decisões judiciais preliminares, são provisionados e atualizados até que se obtenha uma decisão final.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo consolidado de R\$ 4.187.400 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 1.244.377 em 31 de dezembro de 2010). A probabilidade de êxito nesses processos foi considerada pelos assessores jurídicos como possível e, com base nessa opinião, a Administração da Companhia decidiu não constituir provisão para contingências para os referidos processos.

	Controladora			Consolidado		
	31.12.11	31.12.10	31.12.09	31.12.11	31.12.10	31.12.09
Trabalhistas	6.299	8.075	-	6.299	8.075	-
Cíveis	180.706	173.168	162.127	181.181	184.829	163.058
Fiscais	3.992.686	1.049.751	816.876	3.999.920	1.051.473	818.136
Total	4.179.691	1.230.994	979.003	4.187.400	1.244.377	981.194

As naturezas das principais ações são as seguintes:

- Compra e Venda de Títulos

Autos de infração lavrados pela Receita Federal em 2003, 2004, 2005 e 2006, no montante de R\$ 3.230.363 (atualizados em 31 de dezembro de 2011), referentes a imposto de renda retido na fonte em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior (T-Bills, T-Bonds, Argentine Global Bonds, etc.) entre os anos de 1998 e 2001 sendo R\$ 367.062 relativos ao ano de 1998, R\$ 362.342 relativos ao ano de 1999, R\$ 1.859.419 relativos ao ano de 2000 e R\$ 641.540 relativos ao ano de 2001.

Após o encerramento do processo administrativo relativo às operações de 1998, em 22 de fevereiro 2011 a Fazenda Nacional ajuizou a execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611. Em 17 de março de 2011, a Companhia ofereceu os bens integrantes de seu ativo imobilizado para fins de garantia da execução, o que foi aceito pela Fazenda Nacional. A Companhia apresentou, em 15 de abril de 2011, Embargos do Devedor, iniciando a defesa judicial da matéria. Atualmente aguarda-se a formalização da penhora sobre os bens oferecidos para posterior recebimento dos Embargos. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos assessores jurídicos da Companhia como possível.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Acerca dos supostos débitos referentes às operações praticadas em 1999, o antigo Conselho de Contribuintes reconheceu, de forma definitiva, a decadência dos créditos tributários de IR/Fonte no período de 10 de maio de 1999 a 21 de dezembro de 1999, correspondente a 82,17% do valor total exigido no auto de infração. O débito remanescente do auto de infração foi inscrito em dívida ativa em 8 de fevereiro 2011 e em 13 de maio de 2011 foi ajuizada a execução fiscal nº 0003205-23.2011.4.03.6114. Na sequência foram apresentados bens do ativo como garantia e em 27 de julho de 2011 opostos Embargos do Devedor, tendo sido determinado pela juíza o apensamento do processo à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.6114 para aproveitamento dos atos processuais em um único processo. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos seus assessores jurídicos da Companhia como possível.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2000 foi julgado no âmbito do Primeiro Conselho de Contribuintes em abril de 2008, tendo sido reconhecida a decadência de 94,7% do débito. Em face dessa decisão, foram opostos embargos de declaração pela Companhia e Recurso Especial pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O processo foi distribuído, da 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o qual apreciou os embargos apresentados. Em 10 de junho de 2011 os autos haviam sido encaminhados à Delegacia da Receita Federal de São Bernardo do Campo para ciência da decisão proferida e eventual interposição de Recurso Especial. Porém, atualmente os autos foram devolvidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para correção de erros formais que constavam na decisão. Após, os autos retornarão à Delegacia da Receita Federal para ciência da decisão proferida e intimação para interposição de Recurso Especial.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2001 aguarda julgamento do Recurso Voluntário interposto em 5 de setembro de 2008.

No que tange às operações praticadas em 2000 e 2001, pendentes de decisão final na esfera administrativa, os assessores jurídicos da Companhia classificaram a chance de perda como possível.

- Tributação sobre Lucros de Controlada no Exterior

A Companhia, em 22 de abril de 2003, entrou com mandado de segurança com pedido liminar para discutir judicialmente a constitucionalidade da Medida Provisória nº

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

2158-35/01 e IN nº 213/02, que disciplinam a tributação do IRPJ e da CSLL sobre os lucros da sua controlada Bombril Overseas Inc. formados e alcançados pela regulamentação desde o ano de 1996 a 2002. Após ter sido proferida sentença favorável à Companhia, foi interposto recurso de Apelação pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região proferiu acórdão dando parcial provimento ao recurso. Foram opostos embargos de declaração tanto pela Companhia como pela Procuradoria da Fazenda Nacional, os quais foram rejeitados por meio de acórdão publicado em 23 de dezembro de 2011. Atualmente aguarda-se julgamento dos novos embargos de declaração opostos pela Companhia. O montante estimado, atualizado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 467.604, sendo R\$ 170.532 considerado como probabilidade de perda possível e R\$ 297.072 como probabilidade de perda remota, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

- Depósitos Judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais de R\$ 24.564 mil em 31 de dezembro de 2011 consolidado (R\$ 13.176 em 31 de dezembro de 2010) relacionados a processos de natureza civil, trabalhistas e tributárias que estão em andamento. As estimativas de perda para fazer frente a estes processos estão devidamente provisionadas.



**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

**10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras contábeis, os diretores devem comentar.**

**a) O grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam refletidos nesse Formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

**b) Ressalvas e ênfases sobre controles internos presentes no parecer do auditor nos últimos três exercícios sociais.**

Não houve ressalvas e ênfases sobre os controles internos no parecer do auditor nos últimos 03 exercícios sociais.

## **10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

### **10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais**

O emissor não fez oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 03 exercícios sociais.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

**10.8. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados.**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19 - Obrigações Fiscais e Tributárias, em 27 de outubro de 2009 a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento previsto pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, denominado pelo mercado de “REFIS IV”. A consolidação do referido parcelamento foi concluída pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011, momento em que Companhia obteve uma posição formal das dívidas tributárias incluídas no respectivo sistema de parcelamento. O valor maior da dívida reconhecido contabilmente pela Companhia decorreu de diversas premissas adotadas em setembro de 2009, mas que se mostraram inadequadas em junho de 2011, momento em que foi possível verificar os critérios corretos para a migração dos parcelamentos anteriormente concedidos para a Lei 11.941. Os reflexos mais relevantes referem-se a débitos anteriormente confessados no âmbito do PAES (Parcelamento Especial instituído pela Lei 10.684 de 2003), resultando em ajustes de exercícios anteriores, assim como a diferenças de cálculo dos benefícios instituídos pela Lei 11.941, ajustados no exercício de 2009.

O ajuste decorrente da referida consolidação ocasionou significativa redução do Passivo Tributário com impacto positivo no Patrimônio Líquido, modificações em outros grupos das demonstrações financeiras, com maior relevância em Impostos Diferidos Ativos e Passivos e Impostos correntes sobre o lucro líquido, e redução das Despesas Financeiras.

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, a Companhia preparou a reapresentação retrospectiva das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

## **10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

### **10.9 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais**

O emissor não fez oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 03 exercícios sociais.